

Estado de Goiás
Polícia Militar
Academia de Polícia Militar
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

Técnicas e Táticas de Policiamento Florestal
o Controle á Devastação da Fauna e
Flora de Goiânia

Eriton Benevides dos Oliveira e Souza

Goiânia - 1996

BAPM

**TÉCNICAS E TÁTICAS DE POLICIAMENTO
FLORESTAL NO CONTROLE À DEVASTAÇÃO DA
FAUNA E FLORA GOIANA**

BAPM

ERITON BENEVIDES DE OLIVEIRA E SOUZA

**TÉCNICAS E TÁTICAS DE POLICIAMENTO
FLORESTAL NO CONTROLE À DEVASTAÇÃO DA
FAUNA E FLORA GOIANA**

**Trabalho técnico-profissional apresentado à
Academia de Polícia Militar, como parte dos
requisitos para obtenção da aprovação no Curso
de Aperfeiçoamento de Oficiais 1996.**

Orientador: CEL PM LEOPOLDO SILVA FREIRE

GOIÂNIA

1996

BAPM

ERITON BENEVIDES DE OLIVEIRA E SOUZA

**TÉCNICAS E TÁTICAS DE POLICIAMENTO
FLORESTAL NO CONTROLE À DEVASTAÇÃO DA
FAUNA E FLORA GOIANA**

Banca Examinadora:

Dedico a Deus, proeminente a meus propósitos, este trabalho científico, a quem considero como grande edificador universal.

A todos os soldados, guardiões da natureza, que dedicam até os momentos de lazer para combaterem os aniquiladores ambientais.

Ao Mestre, Cel PM Leopoldo Silva Freire, incentivador incansável, que, participativamente contribuiu e ainda contribui plenamente para o encampamento desta luta.

Ao meu Pai, minha Mãe e a minha família, razão inestimável dos meus objetivos, de lutar e vencer na vida.

Aos animais irracionais e à natureza, que não podem perdoar os homens criminosos.

Agradeço primeiramente, a oportunidade dada pelo grandioso Pai Celestial por estar vivo, a todos e tudo metodicamente responsável pela vida. A opção é viver e as pessoas que dignificamente me apoiam e me faz infinitamente sobreviver.

Acima de tudo rogo por este amor, responsável por estes acontecimentos. Existirei sempre porque as palavras grifam esta existência. Agradeço novamente os momentos deste meu existir, a Deus que com sua luz divina me orienta, me protege, me alimenta e abriga em meu coração. Aos meus pensamentos e sonhos que, diuturnamente me fazem persistir no viver.

SUMÁRIO

EXÓRDIO	15
1. CARACTERÍSTICAS DO ESTADO DE GOIÁS	18
1.1 Aspectos Históricos	18
1.2 Aspectos Geográficos	20
2. ATUAIS CONJECTURAS OPERACIONAIS SOBRE AS TÁTICAS E TÉCNICAS DE POLICIAMENTO FLORESTAL NO BPMFlo	26
2.1 Considerações gerais	26
2.2 Números de operações realizadas pelo BPMFlo	28
2.3 Articulação dos recursos materiais para as operações	30
2.4 Articulação dos recursos humanos para as operações	30
2.5 Quadro operacional e administrativo de pessoal do BPMFlo no Estado de Goiás	32
2.6 Viaturas	32

3. PRINCÍPIOS DE CONTROLE DA DEVASTAÇÃO AMBIENTAL.....	34
3.1 Área de objetivo	34
3.2 Ação vigorosa	35
3.3 Princípios gerais das ações de controle	35
3.4 Princípios de controle.....	36
3.5 Técnicas de controle	36
3.6 Táticas de controle	38
3.7 O papel do Comandante do Grupo PM Florestal (GPMFlo) ..	39
4. OPERAÇÕES DE CONTROLE À DEVASTAÇÃO DA FAUNA E FLORA GOIANA.....	41
4.1 Procedimentos básicos relativos à exploração da fauna e flora goiana a serem observados na execução das atividades de fiscalização.....	41
4.2 Procedimentos básicos no controle à devastação a fauna e flora goiana	42
4.2.1 Aumento da capacidade científica e tecnológica	42
4.2.2 A instrução, adestramento e aprestamento	43
4.3 No âmbito geral das operações as ações estarão englobadas em quatro fases distintas.....	43
4.3.1 Ações preventivas	43
4.3.2 Ações repressivas	44
a) Procedimentos do policial militar florestal na fiscalização ambiental.....	44
1) Ação policial na fiscalização de desmate ilegal.....	44
2) Ação policial na fiscalização de desmate legal.....	47
b) Ação policial na fiscalização de queimadas controladas ..	48

c) Incêndios Florestais.....	49
d) Os incêndios Florestais e seus danos	50
e) Suspensão da queima controlada	51
f) Procedimentos do policial militar florestal a serem observados na fiscalização da queima controlada.....	51
g) Classificação dos incêndios florestais	52
h) O alarma	53
i) Métodos modernos de combate a incêndios.....	53
j) Equipamentos individuais para o combate ao fogo	53
k) Meios para prevenção de incêndios em parques e áreas de preservação permanente	54
l) Transporte de produtos e subprodutos florestais	55
m) Comércio, armazenamento e consumo de produtos e subprodutos florestais.....	56
n) Providências do policial militar na fiscalização do comércio dos produtos e subprodutos florestais	57
o) Providências do policial militar na fiscalização de pessoas que armazenam e consomem produtos e subprodutos florestais	57
p) Ação policial na fiscalização da atividade de pesca	58
q) Dos pescadores e dos petrechos	60
1) Pescador amador.....	60
r) Ação policial na fiscalização dos acampamentos.....	61
s) Ação policial na fiscalização repressiva dos caçadores	63
t) Ação policial na fiscalização do comércio de animais e aves da fauna silvestre.....	64
u) Ação policial na fiscalização de transporte de animais.....	65

v) Ações ecológicas de conscientização.....	66
5. EMPREGO DE MEIOS COMPLEMENTARES	71
5.1 Armamento e equipamentos	71
5.2 Comunicação nas operações.....	72
5.3 Obstáculos ao desenvolvimento dos meios complementares para a fiscalização	72
6. PLANO DE INFORMAÇÕES.....	74
6.1 Fontes essenciais de informações.....	74
6.2 Localização e natureza	75
6.3 Extensão.....	76
6.4 Estimativas	76
6.5 Logística.....	77
7. PROCESSOS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO AMBIENTAL PARA MELHOR UTILIZAÇÃO NO CONTROLE A DEVASTAÇÃO A FAUNA E FLORA GOIANA.....	78
7.1 Policiamento a pé.....	79
7.2 Policiamento montado	80
7.2.1 Características que permite a pronta ação onde quer que essa se faça necessária	80
7.2.2 Procedimento no posto	81
7.3 Policiamento aéreo	82
7.3.1 Patrulhamento ostensivo.....	84
7.3.2 Patrulhamento de observação e informações.....	84
7.4 Patrulhamento embarcado.....	85
7.4.1 Para canoas de 5 (cinco) metros	85

7.4.2 Para canoas de 6 (seis) metros.....	85
7.4.3 Equipamentos e meios complementares.....	85
CONCLUSÃO.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90

LISTA DE TABELAS

1. TABELA 1.2 a - Produção de carvão vegetal na região centro-oeste proveniente da vegetação nativa - 1986 a 199222
2. TABELA 1.2 b - Produção de madeira em tora na região centro-oeste proveniente da vegetação nativa - 1986 a 199223
3. TABELA 1.2 c - Produção de lenha na região centro-oeste proveniente da vegetação nativa - 1986 a 199223
4. TABELA 1.2 d - Vegetação do Estado de Goiás (área em Km²)...24
5. TABELA 2.2 - Bens e produtos apreendidos pelo BPMFlo no ano de 199529
6. TABELA 2.5 - Quadro do efetivo operacional e administrativo do BPMFlo.....32
7. TABELA 2.6 - Quadro demonstrativo de viaturas existentes no BPMFL033

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. ILUSTRAÇÃO 1.1 Fiscalização feita por uma equipe de PM florestais na extração ilegal de minério	19
2. ILUSTRAÇÃO 1.2 Exploração do cerrado na produção de carvão	25
3. ILUSTRAÇÃO 4. a Fiscalização feita pela equipe de PM florestal em um desmate ilegal	45
4. ILUSTRAÇÃO 4. b - Fiscalização feita pela equipe de PM florestal em um desmate ilegal.....	46
5. ILUSTRAÇÃO 4. c - Vista aérea de um desmatamento.	48
6. ILUSTRAÇÃO 4.d - O policial militar florestal autua e faz a apreensão do material predatório do infrator.....	62
7. ILUSTRAÇÃO 4. 3 e - Exposição de materiais predatórios no Flamboyant, apreendidos pelo BPMFlorestal (Semana de educação ambiental - dia da árvore).....	67
8. ILUSTRAÇÃO 7.a - Policiamento florestal a pé no Parque Ecológico de Goiânia	79
9. ILUSTRAÇÃO 7 b - Policiamento florestal montado no Parque Ecológico de Goiânia	82
10. ILUSTRAÇÃO 7.c - Localização de uma devastação por via aérea (o desmate provocou o assoreamento do rio).....	83
11. ILUSTRAÇÃO 7. d - Cel PM Leopoldo (ex-Comandante do BPMFlo) e o Maj PM Jorge Sobrinho (piloto do helicóptero) após um patrulhamento aéreo no Parque Ecológico de Goiânia com o helicóptero do Batalhão de Choque	84

*Honrar pequeninas coisas é
o processo em que te engrenas
para fazer grandes coisas como se
fosse pequenas.*

Chiquito de Moraes

EXÓRDIO

Em Gênese, Deus criou a terra, tudo que nela contém, e o homem à sua imagem e semelhança, com a responsabilidade de lavrar e guardar o Jardim do Éden, todo animal da terra, toda ave dos céus e a todo réptil. A princípio, ele deu ao homem toda erva que dá semente, e toda árvore que dá fruto para servir-lhe de alimento. Entretanto, o homem se constituiu como um verdadeiro destruidor, um aniquilador, de modo a comprometer toda a forma de vida em seu ecossistema. Hoje, após três milênios da existência cristã e após assistir a evolução material do mundo, é que o homem vem assumindo uma consciência de valor sobre a natureza, dando a devida importância ambiental.

O Brasil, na atualidade, tem o maior potencial em recursos minerais e vegetais do mundo, e o Estado de Goiás não perde para os demais Estados, pois há predominância do *cerrado*, que, pelo seu conceito biogeográfico, tem suma importância sobre o equilíbrio dos demais biomas, a principal característica da sua biocenose é a

???

?

7
de Goiás temos presenciado violentas incursões do homem, agredindo a natureza. Nesse sentido, foi estabelecido como organismo de prevenção ambiental o Batalhão da Polícia Militar Florestal (BPMFlo).

É lógico que se deve estabelecer uma conciliação entre o progresso e a preservação ambiental. Não se pode confundir a preservação do meio ambiente goiano como entrave do desenvolvimento econômico do Estado. Há, portanto, necessidade de maior fiscalização e rigor, quando das incursões aniquiladoras do homem, devem ser buscadas novas técnicas e táticas para que se fortaleça a ação de polícia ostensiva na missão da defesa e conservação deste ecossistema.

Na fauna e flora goiana tem-se observado danos ambientais em proporções alarmantes, como o lançamento de rejeitos nos rios, desmatamentos desordenados e ilegais, grandes queimadas, uso indiscriminado de agrotóxico e também tivemos o acidente radioativo com a cápsula de cézio 137, que colocou em risco a saúde e a vida das pessoas. Essas degradações ambientais têm despertado o interesse das autoridades, tanto do setor público quanto do setor privado e político, no sentido de buscar uma solução que promova um “desenvolvimento sustentável”, isto é, usando racionalmente a natureza, sem comprometer as gerações presentes e futuras. O Batalhão de PM Florestal tem realizado o policiamento ostensivo ambiental da mesma maneira que de outras polícias estaduais. Por essa razão é preciso enfatizar que o Estado de Goiás possui uma fauna e flora totalmente diferenciada das outras regiões do país, sendo necessário, portanto, que se desenvolvam técnicas e táticas de policiamento ambiental no controle da devastação da fauna e flora goiana. Este controle não indica tão somente a preservação de forma

repressiva e preventiva, mas também de modo a conscientizar a população na conservação ambiental através de palestras em colégios e outras situações similares. Nessas técnicas e táticas estão incluídas, também, as de combate a incêndios florestais.

Visa o presente estudo contribuir para a estruturação e desenvolvimento do policiamento ostensivo florestal e de mananciais, pois acreditamos que determinadas técnicas e táticas, uma vez aperfeiçoadas e postas em práticas, poderão contribuir, positivamente, para a melhor prestação de serviço pela Polícia Militar do Estado de Goiás à população goiana.

A partir das preocupações acima expostas, foi realizado o presente estudo com o propósito, já afirmado, de oferecer uma contribuição para o aperfeiçoamento do policiamento ostensivo florestal e de mananciais. Entendemos que esse aperfeiçoamento virá contribuir positivamente para a execução das atividades do BPMFlo. Esclarecemos que, além da pesquisa bibliográfica, foi utilizado, como instrumento, um questionário, o qual foi aplicado a uma amostra de 70 (setenta) policiais militares, dentre Praças e Oficiais.

Resumo

1. CARACTERÍSTICAS DO ESTADO DE GOIÁS

1.1 Aspectos Históricos

A fauna e flora goiana são muito ricas, predominando o *cerrado* o qual exerceu um papel fundamental na vida das populações pré-históricas que iniciaram o povoamento das áreas interioranas do centro-oeste. Nesta região, a população desenvolveu importantes processos culturais, que moldaram estilos de sociedades bem definidas em que a economia de caça e coleta imprimiu modelos de organizações espacial e social com características peculiares. Os processos culturais indígenas que se seguiram a esses modelos trouxeram poucas modificações, embora ocorresse o advento da agricultura incipiente, que era exercida nas manchas de solo de boa fertilidade natural existentes no domínio dos cerrados. A caça e a coleta, principalmente a vegetal, ainda eram fatores decisivos na economia da sociedade indígena.

A partir do século XVIII, o panorama regional começou a sofrer sensíveis modificações, em virtude do incremento da colonização

que se embrenhava pelo interior do Estado, à busca de ouro e pedras preciosas. Nesse contexto, e a partir dessa data, surgiram os primeiros aglomerados urbanos e a exploração mais intensa dos recursos minerais que começavam a se incrementar, provocando os primeiros sinais de degradação. Findo o ciclo da mineração, a região dos cerrados permaneceu economicamente dedicada à criação extensiva de gado e à agricultura de subsistência.

ILUSTRAÇÃO 1.1 - Fiscalização feita por uma equipe de PM florestais na extração ilegal de minério (areia).



FOTO: 3ª Seção do Batalhão de PM Florestal

Com o crescimento vertiginoso da população, começou-se uma devastação em locais onde, em outras épocas, a fauna e flora goianas eram a fonte única de sustento das famílias. No cultivo da terra para plantações era preservado sua reserva natural, utilizando-se dela, apenas parte para o processo de plantio, da mesma forma a caça e a pesca. Com a evolução e expansão agro-industrial do Estado de Goiás e com o crescimento populacional vertiginoso começou a devastação da fauna e flora, aniquilando as suas riquezas naturais, colocando animais fora do

seu respectivo “habitat” natural e extinguindo espécies, poluindo rios, fazendo queimadas, etc..

O potencial agrícola dos cerrados, associado ao fato de ser uma das últimas reservas da terra capaz de suportar, de modo imediato, a produção de cereais e a formação de pastagens, tem atraído grandes investimentos e motivando alterações significativas, do ponto de vista da infra-estrutura de suporte. Pela ação integrada das instituições de pesquisa agropecuária, em especial a EMBRAPA, as Empresas Estaduais de Pesquisa e as Universidades, a exploração do cerrado cresceu significativamente na última década, notadamente do ponto de vista de suportes como a construção de represas e estradas, indústrias, fato que, em conjunto, tem provocado situações ecologicamente nocivas, com perspectivas deveras preocupantes.

Se isto continuar no ritmo em que está, em breve degradações irreversíveis podem acontecer em diversos pontos, criando situações subumanas e extinguindo um patrimônio genético de fundamental importância, inclusive para a autocompreensão da humanidade.

1.2 Aspectos Geográficos

A região centro-oeste, precisamente o Estado de Goiás, tem uma área de extensão territorial de 340.165,9 Km². O planalto goiano localiza-se em uma faixa que vai desde o norte de Goiás, passando pelo centro, englobando o Distrito Federal, e incorporando praticamente todo o sul desse mesmo Estado. Situa-se nessa unidade os pontos mais altos de

todo centro-oeste, que tem a chapada dos veadeiros como ponto culminante.

Com relação à hidrografia, encontra-se, na região centro-oeste, grandes extensões da bacia amazônica e platina e uma pequena parte da bacia São Franciscana. Na bacia amazônica, os principais rios que banham o centro-oeste são o Araguaia, Tocantins, Paraná, e outros.

No que se refere à vegetação, no centro-oeste há a predominância do cerrado. Outras formações são apresentadas por florestas embrófilas, densa e aberta.

Quanto à fauna, é muito grande a variedade de espécies encontradas na região, uma vez que abrange dois biomas, que são muito ricos, a amazônica e o cerrado. Destacam-se na amazônica vários gêneros de primatas, além de inúmeros grupos de animais, como aves (araras, tucanos), répteis (tartaruga da Amazônia, jacaré-açu, etc.) No cerrado, os animais mais característicos são o lobo-guará, o tamanduá, pantera[?] o tatu-canastra, a anta, o veado campeiro, a ema, seriema, a perdiz, a codorna, o tucano, a gralha-do-campo, etc..

Indubitavelmente, o principal produto de extrativismo vegetal na região é a madeira. Destaca-se a exploração da aroeira, nas áreas do cerrado. Ocorrem, grandes derrubadas visando a produção de lenha e carvão.

A produção de carvão nestas áreas é bastante representativa, seja na exploração pura e simples de material lenhoso. O Estado de Goiás está numa situação bastante preocupante, remanescentes de vegetação nativa, na apresentam menos da metade da vegetação original.] ?

A exploração do cerrado de uma maneira geral é semelhante para toda a região. O principal produto é a lenha, que em grande parte é transformada em carvão nos principais locais de exploração. Normalmente o produtor de lenha/carvão se oferece ao dono da terra que deseja limpar o seu terreno para realizar esse serviço em troca do material lenhoso que será derrubado.

A produção de carvão vegetal, de maneira em tora, e de lenha da região centro-oeste foi levantada pelo IBGE, referente ao período de 1986 a 1992, consoante a quantificação apresentada nas três primeiras tabelas que se seguem.

Numericamente, a realidade do cerrado goiano é objeto da tabela 1.2 d, construída segundo dados do IBAMA.

TABELA 1.2 a - Produção de carvão vegetal na região centro-oeste proveniente da vegetação nativa - 1986 a 1992 (equivalente em 1000 m³ de lenha).

ANO	QUANTIDADE (M ³)
1986	1.928,5
1987	2.886,6
1988	4.079,2
1989	3.261,0
1990	1.695,1
1991	1.427,4
1992	1.439,0
MÉDIA	16.684,3

FONTE: IBGE, Série produção de extração vegetal e da silvicultura, vários anos

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

TABELA 1.2 b - Produção de madeira em tora na região centro-oeste proveniente da vegetação nativa - 1986 a 1992 (equivalente em 1000 m³ de lenha).

<i>ANO</i>	<i>QUANTIDADE (M³)</i>
1986	1.555,3
1987	1.464,3
1988	1.357,1
1989	586,2
1990	473,2
1991	412,3
1992	345,6
MÉDIA	5.994,3

FONTE: IBGE, série produção de extração vegetal e da silvicultura, vários anos.

TABELA 1.2 c - Produção de lenha na região centro-oeste proveniente da vegetação nativa - 1986 a 1992 (equivalente em 1000 m³ de lenha).

<i>ANO</i>	<i>QUANTIDADE (M³)</i>
1986	9.552,3
1987	6.508,8
1988	6.391,6
1989	3.954,9
1990	3.332,4
1991	2.994,3
1992	2.680,2
MÉDIA	35.432,6

FONTE: IBGE, série produção de extração vegetal e da silvicultura, vários anos.

TABELA 1.2 d -Vegetação do Estado de Goiás (Área em Km²)

VEGETAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS (área em Km ²)		
MICRO REGIÃO	CERRADO	
	SITUAÇÃO	1993
SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	13.140	5.426
RIO VERMELHO	11.610	3.114
ARAGARÇAS	7.585	800
PORANGATU	29.998	15.456
CHAPADA DOS VEADEIROS	16.459	13.109
CERES	5.218	1.428
ANÁPOLIS	696	187
IPORÁ	2.757	888
ANICUNS	599	42
GOIÂNIA	1.605	93
VÃO PARANÁ	6.873	4.463
ENTORNO DE BRASÍLIA	26.051	9.925
SUDOESTE DE GOIÁS	43.451	11.630
MEIA PONTE	8.989	468
PIRES DO RIO	5.093	966
CATALÃO	8.816	1.806
QUIRINÓPOLIS	3.720	3.733
VALE DO RIO DOS BOIS	3.892	345
TOTAL	19.497	73.878

FONTE: Relatório Funatura/ITTO/IBAMA - 1995

ILUSTRAÇÃO 1.2 - Exploração do cerrado na produção de carvão.

FOTO: 3ª Seção do Batalhão Florestal

2. ATUAIS CONJECTURAS OPERACIONAIS SOBRE AS TÁTICAS E TÉCNICAS DE POLICIAMENTO FLORESTAL NO BPMFlo

2.1 Considerações gerais

O policial militar, como um agente fiscalizador ambiental, deve cooperar com as autoridades civis no respeito às leis ecológicas e receber missões em variadas situações. É de salientar-se, também, que o interesse no domínio do ciclo completo de polícia , em matéria florestal, por razões práticas, deve partir da Polícia Militar. Sabe-se que os ilícitos e infrações ambientais geralmente ocorrem em lugares de difícil acesso, em locais íngremes ou dentro de matas colocando-lhes a incolumidade em risco.

A estratégia requer uma convulsão total nas práticas atuais de policiamento em busca da retomada da finalidade do policiamento ostensivo ambiental como vetor de preservação da fauna e flora goiana.

O policial militar, como um agente de fiscalização ambiental, além de bem equipado, armado e assistido pela informática e equipamentos de última geração para comunicação, deve estar consciente de sua missão para assumir completamente o seu papel. O que se espera dele, hoje e no futuro, é essa assumência de responsabilidade.

Os anacrônicos métodos e doutrinas devem servir apenas de base para novas táticas e técnicas de policiamento. Não mais devem voltar-se para a rusticidade e empirismo das corporações estagnadas em estruturas administrativas e operacionais obsoletas, onde o policial militar florestal é um mero cumpridor de ordens, alienado dos problemas reais do seu setor de patrulhamento, desarticulado da sociedade local e que prefere ficar calado durante todo um turno a esboçar uma iniciativa sequer em prol da comunidade, a que deveria assistir. O policial militar florestal não existe para reprimir imediatamente o delito mas, sim, para analisar a situação e buscar antecipar-se aos problemas, como um agente administrativo do Estado que é, e que vive as situações rotineiras atinentes às ocorrências ambientais.

Segundo Álvaro Lazzarini¹, “repressão é a atuação militar com o fim de evitar as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e que possam sujeitar, nos termos da lei, os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, com aplicação de multas diárias e progressivas no caso de continuidade da infração ou reincidência, incluídas a redução do nível de atividade e a interdição, independente da obrigação dos infratores de reparação aos danos

¹ LAZZARINI, Álvaro. *Revista de assuntos técnicos de Polícia Militar. Unidade.*, n.15, p. 29. Porto Alegre. nov./dez 1996.

causados, tudo no teor do aludido artigo 195, § único, da Constituição Paulista.²”

O policial militar florestal exerce a missão constitucional de polícia ostensiva, ou seja aquela que por sua presença desencadeia ação inibidora do delito ou previne que ele aconteça. É indiscutível que a existência deste organismo policial do meio ambiente, que para a sociedade é um fator inibidor de atos contra o meio ambiente, independente do seu melhor desempenho. A simples notícia, de sua existência já é um instrumento de controle ambiental. Com base nessa relação presença ostensiva versus ausência de delito, é que chegamos à conclusão de que quanto mais ocorrências atendermos mais evidente fica que nossa ação ostensiva falhou. O policial militar florestal deve saber que o número de ocorrências atendidas atestam tanto a eficiência como o fracasso de sua missão.

7
Polícia
Ambiental
PM-F

2.2 Números de operações realizadas pelo BPMFlo

O Batalhão de PM Florestal atende mensalmente no Estado ocorrências diversas, das quais ressaltamos, abaixo, as que revelaram números mais significativos no ano de 1995.

² **Art. 195 - PARÁGRAFO ÚNICO** - O sistema de proteção e desenvolvimento do meio ambiente será integrado pela Polícia Militar, mediante suas unidades de policiamento florestal e de mananciais, incumbidas da preservação e repressão das infrações contidas contra o meio ambiente, sem prejuízo dos corpos de fiscalização dos demais órgãos especializados. (Constituição Estadual de São Paulo).

TABELA 2.2 Bens e produtos apreendidos pelo BPMFlo no ano de 1995

BENS E PRODUTOS APREENDIDOS NO ANO DE 1995			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (UNID./MED.)	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (UNID./ MED.)
ANIMAIS VIVOS	1.020	ALÇAPÃO	19
ANIMAIS ABATIDOS	122	FACÃO	06
MOTO-SERRAS	36	FOICE	05
ARMAS DE CAÇA	68	CARTUCHOS	70
GAIOLA	83	VIVEIROS	07
PEIXES (Kg)	19.375	MOTORES DE POPA	14
MADEIRAS APREENDIDAS(M ³)	48.259	REVÓLVRES	39
REDES	1.539	PINDAS	385
TARRAFAS	240	ESPINHÉIS	269
BÓIAS	55	CAMBUIS	160
JEQUI	02	FISGAS	11

FONTES: Batalhão de PM Florestal

Obviamente no sistema administrativo e, conseqüentemente, no operacional perfeito, os índices de crimes contra a fauna e flora teriam que, inexoravelmente, tenderem para zero. Neste caso, a presença ostensiva e maciça do PM dar-se-ia em locais previamente levantados através de dados estatísticos e também naqueles lugares de prováveis ocorrências de delitos contra a natureza. O policiamento ostensivo ambiental estaria, assim, alcançando níveis de qualidades em relação ao objetivo para o qual exercemos nossa missão, ou seja evitar que o delito ocorra.

2.3 Articulação dos recursos materiais para as operações

Os recursos materiais para a atividade ambiental sempre estiveram aquém das reais necessidades. O BPMFlo recebe recursos provenientes do convênio da PMGO com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), os quais além de parcos, por causa da burocracia brasileira, chegam atrasados. O Estado pouco contribui e é, exatamente, na administração da escassez é que surgem os reais administradores, chefes, líderes e os comandantes enfim.

A coordenação, o controle e a supervisão dos recursos disponíveis para o pleno êxito das atividades operacionais táticas e técnicas, que para alcançar um rendimento, o Comandante precisa dar importância a alguns fatores intervenientes básicos das atividades operacionais de controle à devastação da fauna e flora goiana, com preeminente destaque para:

- 2.3.1 Tipicidade da infração;
- 2.3.2 gravidade e incidência de ocorrências ambientais;
- 2.3.3 Espaços a serem cobertos;
- 2.3.4 locais de autuações;
- 2.3.5 Características físicas e psicossociais;
- 2.3.6 Clima, dia da semana, horário, motivo e outros.

2.4 Articulação dos recursos humanos

Os recursos humanos são escassos, o que é um fator gerador de preocupação, não só do BPMFlo como também da PMGO, que não pode ocupar-se preventivamente e repressivamente de toda a sua área de

circunscrição. O Comandante, primeiramente, deve ajustar os recursos humanos entre aqueles policiais que residem na cidade ou próximo ao local de trabalho. Ele deverá empregar, com inteligência e criatividade, todos os policiais militares florestais, de forma sinérgica e sincronizada. O policial militar florestal de melhor comportamento deverá trabalhar na cidade em que reside. Para efeito de motivação, é aconselhável o aproveitamento, no local, daqueles que: ali residem há mais tempo; os mais antigos de serviço e os que melhor entrosamento possuem com a comunidade., o que mora há mais tempo, o mais antigo e o melhor ajustado com a comunidade.

Para fazer face à atividade operacional, levando-se em conta um sistema administrativo e operacional perfeito, o Batalhão Florestal deveria dispor de um total de 500 (quinhentos) policiais militares, atingindo-se a proporção de um pelotão de 33 (trinta e três) policiais militares para cada área de maior índice de degradação ambiental. Basta dizer que só na grande Goiânia, que é a área de ação das 1ª e 2ª Companhia de Polícia Militar Florestal (CPMPF), registram-se as maiores incidências de degradação ambiental.

O BPMFlo conta atualmente com um efetivo total de 241 (duzentos quarenta e um) policiais militares distribuídos em todo Estado, sendo que na área da grande Goiânia atuam 117 (cento e dezessete) policiais militares, os quais estão distribuídos da seguinte forma descrita a seguir.

2.5 Quadro operacional e administrativo de pessoal do BPMFlo no Estado de Goiás

TABELA 2.5 Quadro do efetivo operacional e administrativo do BPMFlo

DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DO BPMFLORESTAL							
1ª CPMCAM		2ª CPMFLO		3ª CPMPF		PCSV	
DRR (ABADIA DE GOIÁS)	10	À DIPOSIÇÃO DO FISCO	57	GPMF DE GOIÁS	06	GUARDA DO QUARTEL	12
POSTO PM A. DE GOIÁS	14	POLICIAMENTO MONTADO	06	GPMF DE ARAGARÇAS	07	ADMINISTRAÇÃO	08
LABORAT. DA CNEN	02	POLICIAMENTO COM MOTOS	02	GPMF DE SANCLERLÂN-DIA	04	SERVIÇO INTERNO	06
FUNLEIDE	03			GPMF DE SÃO SIMÃO	05		
FEMAGO	03			GPMF DE ITUMBIARA	06		
POSTO PM CASA DA RUA 57	02			GPMF DE DE RIO VERDE	03		
				GPMF DE IPORÁ	04		
				GPMF DE FIMINÓPOLIS	07		
				GPMF DE CATALÃO	03		
				GPMF DE JARAGUÁ	10		
				PARQUE ECOLÓGICO	27		
				JATAÍ	07		
				GPMF DE URUAÇU	04		
TOTAL	34	TOTAL	65	TOTAL	93	TOTAL	26

FONTE: Batalhão de PM Florestal

2.6 Viaturas

Fazer uma correlação entre as viaturas existentes atualmente no BPMFlo e o número exigido para um processo administrativo e operacional perfeito seria um descabido exercício de futurologia sem nenhuma base científica, até por que isso seria matéria mais atinente a um plano de expansão do BPMFlo.

Entretanto, quando tratarmos de uma administração sem crises serão acordados aspectos relativos a material, bem como a pessoal e instalações, pertinentes a uma hipotética expansão da Corporação, vista esta sob a ótica de um processo operacional e administrativo perfeito.

Somente à guisa de ilustração, faremos aqui um paralelo entre o que existe em termos de viaturas na PMGO atualmente e o que seria necessário num suposto cenário de perfeição em relação à atual situação de degradação ambiental:

TABELA 2.6 Quadro demonstrativo de viaturas existentes no BPMFlo e o sistema ideal

<i>VIATURAS EXISTENTES NO BPMFLO</i>		<i>SISTEMA IDEAL</i>	
<i>OPERACIONAIS</i>	- 22	<i>OPERACIONAIS</i>	- 50
<i>ADMINISTRATIVAS</i>	- 01	<i>ADMINISTRATIVOS</i>	- 03
<i>TOTAL</i>	- 23	<i>TOTAL</i>	- 53

FONTE: Batalhão de PM Florestal

3. PRINCÍPIOS DE CONTROLE DA DEVASTAÇÃO AMBIENTAL

O policial, nas ações de defesa ambiental, deve estar preparado para as operações de controle. Um fator de sucesso é o planejamento do tipo de operação de fiscalização e repreensão aos infratores, o que deverá estar em consonância com os princípios abaixo.

3.1 Área de objetivo

Na área de objetivo, o agente de defesa ambiental no controle à devastação da fauna e flora, deve primar pela disciplina, estar bem equipado e bem treinado, ter acima de tudo, o conhecimento da legislação específica. O controle à devastação deve ser executado de surpresa, nas ações de fiscalização, prevenção e repreensão da pesca predatória, e também nas ações de fiscalização de pessoas físicas ou jurídicas que utilizam, armazenam, comercializam, ou transportam de forma ilegal produtos e subprodutos da fauna e flora.

3.2 Ação vigorosa

As ações policiais devem revestirem-se de algumas características, tais como:

3.2.1 ser executadas de modo que dirigidas sirvam para anular totalmente os objetivos dos infratores;

3.2.2 ser tomadas para se obter um melhor resultado e manter a liberdade de ação;

3.2.3 ser elaborados planos flexíveis de acordo com a região e com a população desta, o que permitirá ajustar-se a qualquer mudança de situação, com reconhecimento dos locais a considerar, cujo sucesso depende de ampla e detalhadas informações. Nessas ações, as necessárias medidas de segurança devem ser colocadas em primeiro plano para preservar a liberdade de ação e contrapor aos infratores.

3.3 Princípios Gerais das ações de controle

As ações devem ser realizadas de acordo com a situação do local. Os princípios abaixo servem de orientação ao envolvido na operação de controle à devastação da fauna e flora. Nessas ações estão englobadas todas as providências básicas de planejamento, reconhecimento da área e o modo de agir do infrator, através da investigação policial³.

³ A investigação policial possibilita acompanhar a evolução dos delitos, seu “modus operandis” e suas circunstâncias, não se destina a identificar a autoria dos delitos acontecidos, mas sim, projetar o traçado do delito futuro, o que aumentaria a probabilidade de intervenção policial militar através de operações, antes ou durante a próxima ação delinqüente. (GUIMARÃES, Luiz Antônio Brenner. O exercício da Polícia Ostensiva e a prevenção do delito: uma revisão crítica. Unidade, n.20, p.34-47. Porto Alegre, maio/ago. 1994).

3.4 Princípios de controle

3.4.1 Direcionar a força de repressão policial seletivamente para a área de degradação ou área a ser degradada;

3.4.2 priorizar, na repressão às infrações especificadas pelo Código Florestal, as áreas que já tenham sido levantadas como de degradação ambiental por meio de dados estatísticos. As atividades de investigação policial devem ser conduzidas com inteligência a fim de se chegar à incriminação dos agentes;

3.4.3 empenhar os policiais no trabalho de investigação às infrações com vista a elucidar, seletivamente, as mais graves;

3.4.4 anteceder a repressão policial de levantamentos meticolosos e específicos, baseando-se em informações disponíveis, e obtidas na seção de informações do Batalhão Florestal;

3.4.5 centralizar as estatísticas e as informações de infrações e crimes ecológicos por região e produzir conhecimento acerca das maneiras pelas quais os infratores se valem para burlar a fiscalização;

3.4.6 alocar os recursos humanos e materiais destinados a prevenção ostensiva em consonância com os dados estatísticos disponíveis, reveladores de maior ou menor incidência de infrações contra o meio ambiente. Esses recursos humanos devem, igualmente, atenderem às demandas gerais em relação à população e o local degradado.

3.5 Técnicas de controle

3.5.1 Interligação da seção de informações do BPMFlo com os demais órgãos ambientalistas governamentais e/ou não governamentais;

3.5.2 ajustamento da instrução técnica no controle à devastação ambiental da forma extensiva;

3.5.3 liberação, na medida do possível, de oficiais para frequência para os órgãos de fiscalização a fim de que adquiram de novas técnicas de controle ambiental;

3.5.4 transferência de policiais militares florestais entre Companhias do BPMFlo, visando atender o pressuposto de se morar onde trabalha ou vice versa;

3.5.5 cadastramento dos infratores pelos GPMFlo, por regiões, para atualização dos locais das infrações e possibilidades de uma nova ocupação e atenção mais adequada do policial florestal, minimizando as ações de degradação ambiental em sua área circunscricional

3.5.6 direcionamento da repressão ostensiva aos os infratores quando de crimes e infrações contra a natureza previstos no Código Florestal.

3.5.7 priorização de um setor de atendimento ao público no Batalhão Florestal;

3.5.8 priorização dos provimentos de rádios portáteis para o policiamento embarcado;

3.5.9 priorização das técnicas de investigação para reprimir às infrações ambientais;

3.5.10 priorização da vigilância velada como forma de colher elementos para a apuração de infrações;

3.5.11 intensificação do intercâmbio de informações com os órgãos ambientais do governo e não governamentais;

3.5.12 redistribuição dos recursos humanos e materiais no território do Estado, estabelecendo como base de todo o trabalho as circunscrições de cada Companhia;

3.5.13 Análise apurada de dados (índices de ocorrências ambientais, crescimento populacional, recursos materiais disponíveis, anseios da comunidade, e outros).

3.6 Táticas de controle

3.6.1 divisão do Batalhão em sub-área, setores e sub-setores;

3.6.2 descentralização das companhias, exceto aquela em cuja sub-área esteja inserida a sede da unidade;

3.6.3 estabelecer o Posto de Policiamento Ostensivo Móvel (PPOM), com trailers ou cabines modulares dotados de rádios onde o grupo policial militar florestal (GPMFlo) possa atuar, em patrulhamento, nas rodovias que dão acesso aos pontos de maior índices de ocorrências ambientais. O posto móvel deverá ser itinerante, e ter dupla função, isto é, a fiscalização de veículos que estejam conduzindo produtos e/ou subprodutos florestais e de infratores que conduzem pescado ilegal ou caça abatida. Além desta atividade, o posto móvel terá a função de dar segurança e fornecer informações e dar orientações a turistas que estejam a caminho de alguma área de preservação ambiental.

3.6.4 é necessário que o policial militar florestal conheça os moradores, seus hábitos, costumes e aspirações, da circunscrição do seu posto ou área de fiscalização, e, reciprocamente, os moradores devem conhecer os PM designados especificamente para a área de atuação. Os objetivos desta prática seguem abaixo elencados.

a) promover a interação do BPMFlo com a comunidade, para a dinâmica do policiamento ambiental, pois desta forma o resultado será mais satisfatório;

b) despertar a responsabilidade da comunidade para com o provimento do controle à devastação ambiental;

c) desenvolver e programar educação ambiental para a população, com o intuito de estabelecer estreito e permanente contato do policial militar com a comunidade a que serve.

3.6.5 distribuir o armamento para o policial militar de forma fixa, observando o comportamento, tempo de serviço e local de trabalho;

3.6.6 inversão do serviço interno do Oficial-de-dia ao BPMFlo, passando para a fiscalização dos postos e/ou cidades próximas;

3.6.7 envolver, de forma objetiva, os órgãos do sistema de defesa ambiental na proteção a fauna e flora, visando o encaminhamento e solução mais rápida de questões que afetem a comunidade local;

3.6.8 proporcionar uma melhor articulação dos recursos humanos e recursos materiais;

3.6.9 melhorar a eficácia da prestação de serviço pela fixação do policial militar em sua área de trabalho, fazendo-o conhecedor dos problemas locais e, ao mesmo tempo, proporcionar a comunidade a fiscalização da qualidade de serviço prestado;

Aos objetivos relacionados, deve ser acrescentado que a presença física constante do policial militar florestal permite um trabalho mais atuante no aspecto de fiscalização e reduz as ameaças ao meio ambiente.

3.7 O papel do Comandante do Grupo PM Florestal (GPMFlo)

O papel do Comandante do GPMFlo na aplicação das técnicas e táticas de policiamento florestal aos subordinados envolve,

além da performance profissional daquele que conhece, pratica e difunde a doutrina policial militar, os seguintes requisitos:

3.7.1 conhecer minuciosamente o local de sua atuação, seus aspectos físicos a fim de assegurar a familiarização indispensável ao melhor desempenho operacional próprio, e de seus subordinados;

3.7.2 estabelecer contatos com integrantes da comunidade para acostumar-se com seus hábitos, costumes e rotinas, assegurando o desejável nível de controle policial militar para detectar e eliminar as situações de ameaça que alterem, ou possam alterar, o meio ambiente.

4. OPERAÇÕES DE CONTROLE À DEVASTAÇÃO DA FAUNA E FLORA GOIANA

4.1 Procedimentos básicos relativos à exploração da fauna e flora goiana a serem observados na execução das atividades de fiscalização

O sucesso das operações de controle à devastação da fauna e flora goiana dependerá, principalmente, do planejamento. Este planejamento deverá enunciar os fatores geográficos e o estudo dos meios utilizados por infratores para burlar a fiscalização.

É preciso, também, que a comunidade seja informada, permanente e oportunamente, sobre o trabalho que o Batalhão desenvolve, e que participe, efetivamente, dos problemas que lhe dizem respeito e das formas de solucioná-los.

Em função do maior ou menor grau de informações e da necessária participação comunitária estarão compreendidas a confiança e

a solidariedade da população face aos objetivos que a instituição policial militar desenvolve.

É importante enfatizar, mais uma vez, a nossa preocupação com a incessante atividade que o Batalhão desenvolve, na busca do aperfeiçoamento de suas ações, de sua relevância ambiental, e do grau de modernização de desempenho atingidos, os quais devem estar direcionados para a qualidade do trabalho oferecido.

4.2 Procedimentos básicos no controle à devastação da fauna e flora goiana

Ressalta-se que os procedimentos básicos aplicáveis ao controle da devastação da fauna e flora goiana devem levar em conta os princípios estratégicos pecuniários ao processo operacional e administrativo perfeito, incluindo: capacidade científica e tecnológica e, e instrução, adestramento e aprestamento.

4.2.1 Aumento da capacidade científica e tecnológica

O aumento da capacidade científica e tecnológica em todos os setores da atividade humana, nos dias atuais, é fato irrefutável. Ciência e tecnologia alcançam índices surpreendentes de progresso e sofisticação. O Batalhão de PM Florestal sofre, também, influências imediatas e palpáveis no que concerne ao desenvolvimento tecnológico.

O avanço do progresso tecnológico permitirá que o Batalhão Florestal disponha de novos equipamentos, organização e métodos avançados que exijam capacidade e eficiência de emprego e alta qualidade dos recursos humanos responsáveis.

4.2.2 Instrução, adestramento e aprestamento

Além da capacidade operacional e eficácia do apoio logístico do Batalhão, o aprimoramento técnico-profissional do policial militar florestal, depende, basicamente, de sua instrução e de seu adestramento. Quando ambos são diversificados, objetivos e bem estruturados, preparado ficará o PM, com proficiência, para as missões que lhe são destinadas.

A instrução deve alcançar todos os escalões, sejam eles de execução, de planejamento ou de comando, para, inclusive, garantir a capacidade de chefiar e conduzir as operações.

O aprestamento é o grau de presteza, e de prontidão, necessário para responder a situações de emergência, com um mínimo de quantidade, mas com o máximo de qualidade de meios policiais militares. Traduz-se pela existência real de unidades ou forças capazes de serem empregadas prontamente, com eficiência e eficácia, independente de mobilização.

4.3 No âmbito geral das Operações as ações estarão englobadas em quatro fases distintas:

4.3.1 Ações preventivas

- a) Diagnóstico ambiental com relatório das condições atuais do local;
 - b) fiscalização das condições ambientais e também da estrutura urbana da cidade;
 - c) armazenamento, recuperação e atualização de dados;
-

d) estimativa das áreas e da aptidão natural a partir de impactos sofridos;

e) elaboração de mapeamentos a partir de combinações sobre a conjugação de fatores que dão origem a um fenômeno ambiental mais amplo.

4.3.2 Ações repressivas

a) Procedimentos do policial militar florestal na fiscalização ambiental

1) Ação policial na fiscalização de desmate ilegal

O desmate ilegal é a ação de qualquer pessoa imputável, como o proprietário, o possuidor do direito, o administrador, o caseiro, o arrendatário, etc. executada, com vistas a destruir, danificar, mesmo que em formação. O desmate, assim cometido, é uma infrigência às normas estabelecidas ou previstas na lei, seja no seu todo ou em parte, como por exemplo a cobertura arbórea existente em uma determinada área de preservação permanente, reserva legal, encostas de morro com declividade de 45°, ou área não autorizada pelo órgão competente. A floresta é considerada de preservação permanente, mesmo em formação. Valendo-nos do conceito formulado por Sodero⁴ “entende-se, pelo termo, a vegetação cerrada constituída por árvores de grande porte, cobrindo grande extensão de terras”.

A reserva legal é a floresta natural ou plantada que integram o patrimônio do proprietário, sendo considerados 20% da área da propriedade gravada como perpetuidade, após promovida a averbação no Registro de Imóveis.

⁴ SODERO, Fernando P. Verbete “Floresta”. Enciclopédia Saraiva do Direito. v. 37, São Paulo, Saraiva, 1979, p.35.

ILUSTRAÇÃO 4. a - Fiscalização feita pela equipe de policial militar florestal em um desmate ilegal



FOTO: 3ª Seção do Batalhão Florestal

O Promotor Público Rebello Pinho, falando das florestas tida como de formação, diz em um excelente artigo denominado *Da contravenção florestal*, que:

Terrenos descalvados, cobertos de ervas, ou de vegetação permanente destinada a lenha, sem possibilidade alguma de transformar-se em floresta, não está abrangidos neste conceito de floresta em formação. Não é, pois, qualquer capoeira que se pode enquadrar neste dispositivo, somente aquela que permite um processo de regeneração natural que independa da ação do homem e, no futuro, possa constituir-se em floresta composta, é titulada neste aspecto.

Constatando a conduta com infringência às normas estabelecidas no Código Florestal, o policial militar florestal deverá tomar as seguintes providências:

– determinar de imediato a paralisação das atividades no local;

– providenciar a lavratura do auto de infração quando o desmatamento atingir área de preservação permanente, deve ser esclarecido qual foi a área atingida (topo de morro, margem de curso d'água);

– providenciar a lavratura do auto de infração quando o desmatamento atingir a reserva legal da propriedade que é de 20% de sua área de cobertura arbórea;⁵

ILUSTRAÇÃO 4. b - Fiscalização feita pela equipe de policial militar florestal em um desmate ilegal



FONTE: 3ª Seção do Batalhão Florestal

– deve autuar sempre o proprietário da terra, e não de quem esteja fazendo o desmate ilegal;

– localizar em caso de incêndio florestal a sua origem e arrolar testemunhas que estejam no local, pois é difícil a apuração de quem provocou a queimada;

⁵ BRASIL. Código Florestal, Proteção à Fauna, Código de Pesca e outras normas. 5ª ed. Belo Horizonte Brasília: IBAMA/SEMAM, 1992.

- proceder o embargo das atividades ilegais constatadas;
- apreender os instrumentos ou equipamentos utilizados para o desmate ilegal.

2) Ação policial na fiscalização de desmate legal

O desmate legal é a ação de qualquer pessoa jurídica ou física imputável, com vistas a derrubar e utilizar, no todo ou em parte, a cobertura arbórea existente na propriedade, áreas que não sejam proibidas a derrubada, e em consonância com as normas estabelecidas ou previstas na lei, e autorizada pelo órgão competente. O policial militar florestal deverá tomar as seguintes providências no local a ser fiscalizado:

- solicitar do proprietário a autorização para desmate expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão responsável pela autorização;
- verificar o prazo de validade da autorização e se a exploração está sendo feita segundo o especificado pelo técnico, e se as limitações contidas na planta da área estão sendo obedecidas;
- verificar se as áreas de preservação permanentes⁶ estão sendo respeitadas;
- verificar se a lenha está sendo aproveitada;

⁶ BRASIL. Lei n. 4.771 de 15 de outubro de 1965 (Código Florestal). IBAMA, Brasília 1967. Art. 1º e Art. 2º.1965.

ILUSTRAÇÃO 4.c - Vista aérea de um desmatamento. Neste caso o desmate provocou erosão



FOTO: 3ª Seção do Batalhão Florestal

b) Ação policial na fiscalização das queimadas Controladas

O problema das queimadas é antiquíssimo, sempre ocorreram desde os tempos pré-históricos, a julgar pelos anéis dos troncos de árvore, restos de incêndios ocorridos em épocas muito remotas. Há o fogo construtivo e o fogo destrutivo. A maioria dos incêndios florestais é causado pela negligência, ignorância do homem. O hábito de promovê-las como forma de regeneração da terra para novo plantio é secular. E sempre acarretou incêndios de grande monta, com evidente dano ao meio ambiente. A forma mais conhecida de tomar as precauções adequadas é o aceiro. Trata-se de um terreno limpo em volta de quadras de cultivo, com o objetivo de evitar ou facilitar o controle de incêndios. Também são preocupações a análise da direção do vento e a colocação de avisos no local.

O maior problema para erradicar este mal é o hábito dos agricultores em usar a queimada como forma de preparar o terreno. Osny Duarte Pereira⁷ ensina que:

A queimada, como temos repetido reiteradamente é um modo de preparação em vias de ser extinto, em todo o mundo civilizado. Ela é a maior responsável, pela reduzida da produtividade de nossas lavouras, cujos terrenos ficam esgotados, em poucas colheitas. Destruindo o húmus que a capa viva da superfície da terra e a usina onde microorganismos elaboram as substâncias necessárias à alimentação das plantas que vierem a ser semeadas, estas apenas se desenvolvem enquanto existir o que conseguiu escapar da destruição do fogo.

c) Incêndios florestais

Apesar de ser proibido o uso do fogo nas florestas e demais formas de vegetação por ocasionar a degradação da qualidade do solo e da vida, a queimada pode ser permitida pelo IBAMA, circunscrevendo as áreas e estabelecendo normas de precaução. Desta forma esse órgão poderá conceder a licença quando peculiaridades locais justificarem o emprego do fogo, na forma de queima controlada, para prática agropastoris ou florestais. Essas normas estão estabelecidas no art. 3º da Portaria n. 231/P, de 08 de agosto de 1988 - IBAMA, as quais, em síntese, são as seguintes precauções:

- 1) conhecimento da periculosidade, potencial de uso do fogo e do meio onde será aplicado;
- 2) definição de técnica e objetivos da queima;
- 3) escolha da estação do ano e horário mais adequados;

⁷ DUARTE PEREIRA, Osny. Direito Florestal brasileiro. Rio de Janeiro, Borsoi: 1950, p. 320.

4) planejamento cuidadoso da operação, incluindo equipamentos adequados, mão-de-obra treinada e medidas de segurança ambiental;

5) deitamento da vegetação, especialmente das canas com altura superior a 01 (um) metro, localizada sob linhas de transmissão de energia elétrica;

6) colocação de vigilantes, devidamente equipados, ao redor da área;

7) avisar aos confinantes ou confrontantes da área, onde se dará a queima controlada, com prazo de 03 (três) dias de antecedência, informando sobre o local, dia e hora do início da queima controlada;

8) manter o comprovante de permissão de queima controlada no local de realização;

9) adoção de medidas de proteção à fauna;

10) não realizar a queima controlada nos dias de muito vento ou de temperatura elevada;

11) manter distância mínima adequada à segurança de residências ou similares

d) Os incêndios florestais e seus danos

São inúmeros os danos causados pelos incêndios às florestas, uma listagem sucinta de seus aspectos danosos deverá incluir os discriminados abaixo.

- 1) Perda substanciais da fertilidade de áreas cultiváveis;
- 2) problemas ambientais, econômicos e humanos de área cultiváveis de natureza grave;
- 3) destruição da fauna silvestre;

- 4) redução da capacidade do solo de reter água;
- 5) perdas de remanescentes florestais nativos;
- 6) assoreamento dos rios, em consequência da erosão;
- 7) destruição de redes elétricas e telefônicas.

e) A suspensão da queima controlada ocorrerá nos seguintes casos:

1) Condições de segurança de vida, ambientais ou meteorológicas desfavoráveis;

2) interesse, segurança pública social;

3) descumprimento da Portaria n. 231/P-1988;

4) descumprimento do Código Florestal e demais normas e leis ambientais;

5) ilegalidade ou ilegitimidade do ato;

6) determinação judicial constante de sentença, alvará ou mandado.

f) Procedimentos do policial militar florestal a serem observados na fiscalização da queima controlada

1) procurar identificar o responsável pela utilização do fogo, que poderá ser ou não o proprietário;

2) verificar a existência do comprovante de aviso de queima controlada que deverá ficar no local de realização da queima controlada;

3) Verificar se o responsável pela utilização do fogo fez o aceiro ao redor da área a ser queimada com largura mínima de dois metros;

4) Verificar se o responsável colocou uma pessoa vigilante ao longo do aceiro para realização da queima para evitar um mal maior.

g) Classificação dos incêndios florestais

Pesquisadores, bombeiros e guardas florestais conseguiram classificar os incêndios florestais em três grandes categorias de superfície, de coroa e de interiores. Os incêndios de superfície, que se propagam pela vegetação próxima do solo; os de coroa, propagam-se pela copa das árvores e com grande velocidade; e os incêndios interiores são aqueles que perduram por grande tempo, queimando troncos e raízes remanescentes no subsolo.

Além dessas três grandes categorias, podemos ainda citar as sub-classificações que compreendem os incêndios de turbilhão, esparsos, em pântanos e em jazidas. Vejamos cada qual por sua vez.

– Turbilhão - Fogo interno e de grande calor, de grande velocidade de propagação, produzindo fortes correntes convectivas pela aspiração de ar frio do exterior, o que torna o incêndio cada vez maior;

– incêndios esparsos - Causados por fagulhas transportadas pelo vento e que dão início a outros focos incendiários;

– incêndios em pântanos - Apesar da água e umidade presentes, os incêndios em pântanos têm longa duração pela presença de turfa, musgos e detritos secos acumulados;

– incêndios em jazidas - Ocorrem em veios carboníferos e duram dezenas de anos, atingindo várias profundidades.

h) O alarma

É imprescindível detectar o fogo no estágio inicial. Depois de atingir grandes proporções, sua extinção torna-se difícil, quando não impossível. Além de postos de observação localizados em lugares elevados, são usados aviões, helicópteros, aparelhos eletrônicos de observação e detectores de infravermelho instalados em aeronaves os quais independem da fumaça, nevoeiro ou visibilidade.

i) Métodos modernos de combate a incêndios florestais

Modernamente, usam-se aeronaves e helicópteros que despejam água com mistura química retardativa, voando a baixa altura e na faixa de sotavento da área incendiada.

No terreno, há duas modalidades de combater o fogo, o método direto e o indireto. O direto consiste em combater as chamas na sua frente de avanço, procurando retardar a propagação, usando ferramentas e equipamentos apropriados, procurando reduzir o oxigênio e resfriando a área, lançando terra e água quimicamente tratada. Mas este método torna-se impossível quando o incêndio é violento. No método indireto são estabelecidos aceiros a uma certa distância na direção do avanço retirando o material combustível, paralisando a ação do fogo. Outro método consiste em combater o fogo pelo fogo, isto é, provocando uma faixa de incêndio intencional, a fim de destruir o combustível que iria alimentar o incêndio propriamente dito.

j) Equipamentos individuais para o combate ao fogo

- 1) Enxadas;
 - 2) Bombas costais;
-

- 3) Abafadores;
- 4) Pás;
- 5) foices;
- 6) facão.

k) Meios para prevenção de incêndios em parques e áreas de preservação permanente

No Estado de Goiás, na estação da seca que começa em junho, época em que a temperatura atinge aproximadamente 40°, ocorre, principalmente nos parques, queimadas de proporções alarmantes. Todos os anos, 40 (quarenta) milhões de árvores são destruídas, conforme pesquisa feita pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMAGO). É necessário que se tome medidas para minimizar esses incêndios florestais provocados dolosamente ou por queimadas em pastagens vizinhas aos parques, essas medidas enumeramos da seguinte forma a seguir.

1) acionar o órgão competente para que providencie, antes do mato secar, o aceiro em volta do parque;

2) colocar equipes de motociclistas ao longo das rodovias para verificar algum sinal de fumaça ou foco de incêndio na área do parque, se constatado deverá retornar ao posto de serviço, avisar ao Comandante da equipe para que acione o Corpo de Bombeiros Militares;

3) colocar equipes de cavalarianos para patrulhar áreas de difícil acesso de veículos, e tomar as mesmas medidas do item anterior, se caso constatar o início do incêndio;

4) manter na sede do grupo florestal equipamentos necessários para debelarem os focos de incêndios;

5) Aumentar a quantidade de policiais militares nos postos, nessa época;

6) fazer treinamento com os integrantes do Batalhão Florestal sobre as formas de debelar um incêndio.

1) Transporte de produtos e subprodutos florestais

O transporte de produtos e subprodutos florestais é realizado por pessoas físicas ou jurídicas da origem, isto é, do local onde ocorreu a exploração (desmate), para o destino onde ocorrerá a transformação (carvoaria, serraria, cerâmica, etc.). Neste caso, cabe ao policial militar florestal a fiscalização o qual verificará os documentos expedidos pelo IBAMA, como a Autorização para Transporte de Produto Florestal (ATPF). Os meios de transportes são rodoviários, ferroviários, aéreo, fluvial, etc. O policial militar florestal deverá tomar as seguintes providências:

1) abordar o veículo sem provocar prejuízo à fluidez do tráfego;

2) solicitar a ATPF e verificar se não há rasuras e se todos os seus campos estão preenchidos, e se a quantidade ou volume do produto transportado é igual ou inferior ao consignado na autorização;

3) autuar o transportador e proceder o recolhimento da ATPF se constatada irregularidades, devendo, neste caso, apreender o produto até que as irregularidades sejam saneadas.

m) Comércio, armazenamento e consumo de produtos e subprodutos florestais

A extração de lenha e demais produtos procedentes de florestas depende de licença do IBAMA. Isto significa que todo produto procedente de floresta deverá estar acompanhado da Autorização para Transporte de Produtos Florestais (ATPF) e o carimbo apostado na nota fiscal do Regime Especial de Transporte (RET), até o seu preparo final. O preparo final dos produtos e subprodutos florestais é chamado de beneficiamento, consistindo em polimento, lixamento, envernizamento da madeira, enfim, os atos que antecedem a colocação do material no mercado consumidor. Essas atividades são exercidas por serrarias e marcenarias.

O comprador final não é atingido pela norma legal, pois o produto quando chega ao ponto de venda, já está beneficiado. Desta maneira definimos que o comércio, armazenamento e consumo de produtos e subprodutos florestais são feitos por pessoas físicas ou jurídicas, que de uma forma ou de outra beneficiam, utilizam e detém através do armazenamento, produtos e/ou subprodutos florestais para fins comerciais.

Devemos salientar que todos estão sujeitos a prévio registro junto ao IBAMA, e que a abordagem a partir da fase inicial, que é a extração dos produtos até o beneficiamento, deve ser de forma diferenciada como nos casos de desmates e transporte de produtos e subprodutos florestais. O policial militar florestal, na fiscalização destes locais de armazenamentos, deverá tomar uma atitude correta.

n) Providências do PM na fiscalização do comércio dos produtos e subprodutos florestais

1) acompanhado pela equipe irá adentrar ao local de armazenamento, observar a carga e descarga desse produto, e bloquear as entradas e saídas de caminhões que porventura estejam no local;

2) solicitar ao proprietário a autorização e registro para funcionamento do depósito;

3) solicitar a ficha de controle mensal, o cartão de autógrafa e os documentos fiscais do produto, observando o volume, data de emissão, origem e o destino;

4) calcular a quantidade estimada e solicitar ao proprietário as fichas de controle e emissão das ATPF e RET;

5) solicitar as ATPF e os RET.

Caso o policial militar florestal não constate irregularidades deverá dar visto em todas as ATPF, e identificando o GPMFlo ou fração a que pertence para evitar que haja reutilização destas autorizações. Caso constate irregularidades o policial militar florestal deverá autuar o proprietário do produto e apreender o produto e o subproduto florestal e nomear o proprietário como fiel depositário.

o) Providências do PM na fiscalização das pessoas que armazenam e comercializam produtos e subprodutos florestais

O consumo e armazenamento geralmente são procedidos por estabelecimentos comerciais que os utilizam para consumo próprio, isto é, como fonte de energia. É o caso, por exemplo, de padarias, hotéis, churrasqueiras, olarias, cerâmicas, siderúrgicas, secadores de grãos, laticínios, etc. Outras vezes são utilizados por proprietários rurais na

forma de estacas para cercas, madeira bruta ou desdobrada para feitura ou reparos de currais, de mata-burros, e para utilização como lenha. Nestes casos o policial militar florestal deverá verificar se o proprietário está acobertado pela legislação, isto é, se possui o ATPF e se possui a ficha de controle de estoque. Caso o corte do material lenhoso foi originário da propriedade, o PMFlorestal deverá verificar se o proprietário tem autorização para desmate; se não estiver devidamente autorizado deverá tomar as providências elencadas no procedimentos do desmate ilegal.

p) Ação policial na fiscalização da atividade de pesca

O Policiamento Ostensivo quando de atividade de policiamento florestal de mananciais e lacustres é feito utilizando-se dos seguintes processos : a pé, em embarcação, montado, motorizado, aéreo ou, ainda, combinando entre si um ou outro meio de transporte. A patrulha de pesca também fiscaliza, durante os deslocamentos, a exploração florestal e os atos de caça ocorridos às margens dos cursos d'água. O policiamento ostensivo ambiental na fiscalização florestal de mananciais e lacustres visa a preservar a fauna e os recursos ictiológicos, com base no Código de Pesca⁸.

Quando se tratar de infração decorrente de pesca com utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos ou de pesca em locais interditados pelo órgão competente, além de se mencionar os dispositivos correspondentes ao ato irregular, constantes da Lei n. 7679/88, deve-se citar, também, os da Portaria da SUDEPE n. 18, de 30.09.77, no que disser respeito à infração cometida.

⁸ BRASIL. Lei n. 7679, de 23.11.1988 - Código de Pesca. Brasília: IBAMA. 1988.

Quanto à apreensão dos produtos da pescaria e dos petrechos de pesca, deve ser observado, rigorosamente, o que estabelece a já mencionada Lei.

Quando embarcados, os GPMFlo, durante operações de fiscalização devem deslocar-se para uma das margens observando as normas de segurança. Desta forma terão, melhores condições para exercer esta modalidade de policiamento ostensivo. Deverá, igualmente, estarem atentos a qualquer objeto que esteja flutuando, ou sinais deixados às margens dos cursos d'água ou do lago.

Quando do policiamento lacustre, o deslocamento deve ser feito da mesma maneira que nos rios, isto é, pelas margens, porém, circundando o espelho d'água.

O policiamento ostensivo a pé ou montado apresenta vantagens quanto ao deslocamento, pois pode ser executado em qualquer tipo de terreno em locais acidentados, por outro lado, oferece vantagens que outros tipos de policiamento não têm, como a possibilidade de adentrar em matas fechadas e locais íngremes ou em locais de difícil acesso para veículos.

O policiamento ostensivo montado, na fiscalização de mananciais e lacustre, é uma atividade móvel de observação, fiscalização, reconhecimento e proteção. Possui um caráter preventivo e é utilizado apenas para a visita aos locais de risco, que são locais procurados pelos pescadores e caçadores para evitar à ação da repreensão à prática da infração.

q) Dos pescadores e dos apetrechos

1) Pescador amador

É o pescador que pratica a pesca de forma recreativa, utilizando-se de apetrechos permitidos pela legislação, devendo anualmente licenciar-se junto ao órgão competente. Existem dois tipos de licenciamento, o da pessoa embarcada e o da pessoa desembarcada. São isentos dessas taxas os pescadores com linha de mão.

Quando se tratar da pesca com infringência da lei, ou seja sem a licença de pesca, o policial deverá apreender os produtos e notificar o infrator. Neste caso não deve apreender os apetrechos de pesca, a não ser que sejam predatórios. Outra providência a ser tomada é a de fazer doação do produto apreendido, a instituições científicas, penais, hospitalares e a casas de caridade mais próximas. Ele assim deve agir em razão de o produto ser perecível e de haver impedimento legal para leilão.

Ainda, o policial deverá fornecer a licença juntamente com o Documento Único de Arrecadação (DUA), informando para o infrator que desta forma irá legalizar os produtos da pesca.

Quando se tratar do transporte, comércio, beneficiamento e industrialização de espécimes provenientes da pesca proibida, o policial deverá apreender os produtos e notificar o infrator, apreender os apetrechos da pesca proibida e fazer doação dos produtos da pesca proibidas a alguma instituição, observando o especificado linhas atrás.

Quando a infração configurar crime mediante a utilização de explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeitos

semelhantes e ou substâncias tóxicas, o policial militar florestal deverá tomar apreender o produto da pesca proibida e encaminhar o infrator à Delegacia local para o início do respectivo inquérito policial.

Se o caso, deverá ocorrer interdição do estabelecimento ou apreensão do pescado e de petrechos de pesca, devendo o fato ser relatado no auto de infração. Em se tratando de apreensão, no termo próprio, deverão ser devidamente descritos os petrechos e/ou o pescado apreendido, bem como o local em que serão depositados, e lavrado o termo de doação de pescado, quando for o caso, procedendo-se conforme o disposto no art. 33 da Lei n. 5197/67, com as alterações introduzidas pela Lei n. 7635/88.

r) Ação policial na fiscalização dos acampamentos

Independente da modalidade de fiscalização da pesca, o policial militar florestal, quando chegar em um acampamento, que é geralmente o local escolhido pelos pescadores que assentam barracas, ou lonas, ou outros meios .O Comandante da equipe deverá verificar se os pescadores portam a devida licença de pesca, qual o material e petrechos utilizados, se eles têm armas, se abateram caça ou capturaram peixes por meios proibidos ou predatórios. Cabe ao Comandante da equipe, ainda, vistoriar todos os veículos, barracas, barcos e a área próxima ao acampamento a fim de constatar se há material predatório escondido.

ILUSTRAÇÃO 4. d - O policial militar florestal autua e faz a apreensão do material predatório do infrator .



FOTO: 3ª Seção do Batalhão de PM Florestal

Encontrando redes tarrafas, material predatório em geral, armas em geral o policial deverá identificar os proprietários e notificá-los, de acordo com a infração ou crime cometido. Caso não identifique o responsável pela guarda e/ou utilização dos materiais e equipamentos, eles deverão ser apreendidos, registrando-se a ocorrência num termo próprio como documento de apreensão.

· Constatando caça abatida e identificando o responsável, este deverá ser detido e conduzido para a Delegacia mais próxima, para ser lavrado o Auto de Prisão em flagrante e autuado, segundo o disposto na legislação vigente.

s) Ação policial na fiscalização repressiva dos caçadores

Caracteriza-se como ato de caça, a utilização, perseguição e caça ou apanha de espécimes da fauna silvestre, nos termos tipificados na Lei n. 5197, de 03 de outubro de 1967 [Lei de Proteção a Fauna (LPF), ou Código da Caça]. O Código da caça, no trato das figuras criminosas, outrora contravencionais, apresenta maior complexidade que o Código Florestal que em um só artigo, que é o 26, estabelece a pena para várias práticas típicas. Na LPF é muito mais difícil a compreensão, pois o seu artigo 27 reporta a vários artigos desse diploma legal, definindo-os como ilícitos. Entretanto, o interprete tem que ir ao artigo 27 e dele reportar-se aos demais o que pode ser verificado na transcrição “ipsis verbis” do artigo em epígrafe.

Art. 27 - Constitui crime punível com pena de reclusão 2 (dois) a 5 (cinco) anos a violação do disposto nos art. 2^o, 3^o, 17^o e 18^o, desta Lei.

§ 1^o - É considerado crime punível com a pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos a violação do disposto do disposto no art. 1^o e seus §§ 4^o, 8^o e suas alíneas “a”, “b” e “c”, 10^o e suas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “i”, “j”, “l” e “m”, 14^o e seus §§ desta lei.

A tutela jurídica da preservação do meio ambiente como todo é o Estado, sobre esta questão o acatado Leme Machado diz que

A tutela jurídica estatal sobre a fauna silvestre tornou clara a sua existência como bem ambiental de valor econômico. Da mesma maneira que a água e o ar, imaginando-se a inesgotabilidade desses bens, a fauna silvestre não era valorizada economicamente. Entretanto, hoje, concluídas as leis biológicas de equilíbrio natural, se constatou a necessidade de preservar, com mais decisão a fauna silvestre.

Os animais são seres organizados que sentem e se movem. A norma jurídica protege, além dos animais, os seus locais de criação, abrigos e criadouros.

Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento, que vivem no seu habitat natural, seus ninhos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida, então, a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha. O Estado confere à Polícia Militar ação de fiscalização através do BPMFlo.

O policial militar florestal que deparar com caçadores com a caça abatida deverá tomar as seguintes providências:

1) apreender as armas e instrumentos utilizados na prática da caça, apanha ou destruição, confeccionando o auto de exibição e apreensão das armas;

2) dar voz de prisão aos caçadores e conduzi-los à presença de um Delegado de Polícia Federal ou Delegado de Polícia Civil para que sejam autuados em flagrante delito;

3) notificá-lo e fazer a apreensão da caça;

4) doar a caça abatida por ser perecível, e por haver impedimento legal para leilão, seguindo os mesmos critérios adotados no caso de pesca.

t) Ação policial na fiscalização do comércio de animais e aves da fauna silvestre

O comércio com espécies da fauna silvestre no Estado de Goiás só é permitida a pessoas jurídicas, com consentimento do IBAMA. Este fornece autorização de funcionamento, com restrições sobre a

origem dos animais, que só podem ser provenientes de criadores de animais da fauna brasileira. No caso das espécies provenientes da fauna estrangeira, sofre restrições na Lei de proteção à fauna, pela ameaça que esses animais podem oferecer à fauna brasileira de disseminação de doenças. Paulo Afonso Machado ⁹ ensina que “à autoridade científica caberá dizer se a exportação é prejudicial à sobrevivência das espécies de que se trate, para posterior confrontação, são importantes os fundamentos dessas autorizações. A autoridade administrativa do Estado de exportação deverá verificar se o espécie vivo, será acondicionado e transportado de maneira a que se reduza ao mínimo o risco de ferimentos, danos à saúde ou tratamento cruel”.

As normas a serem seguidas pelo PM Florestal devem circunscreverem-se às precauções abaixo minudenciadas.

1) Verificar se o comerciante possui registro de comércio junto ao IBAMA;

2) Apreender os animais/aves, discriminando os espécimes no auto de apreensão, se constatada infração, e dar voz de prisão ao infrator conduzindo-o à presença do Delegado de Polícia Federal ou Delegado de Polícia Civil para lavratura do Auto de Prisão em Flagrante (APF);

3) fazer doação dos animais ao Horto Florestal de Goiânia ou para a Universidade Federal na área de Veterinária;

u) Ação policial na fiscalização de transporte de animais

⁹ LEME MACHADO, Paulo A. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1982, p. 280.

Para que a pessoa física ou jurídica esteja amplamente amparada no caso de estar transportando animais provenientes da fauna brasileira ou estrangeira, deverá portar a guia de trânsito fornecida pelo IBAMA e o certificado de inspeção sanitária e registro dos animais. O policial militar florestal de posse dos documentos verificará se a quantidade dos animais discriminada está de acordo com a quantidade do transporte, se o prazo de validade não está vencido e se os animais estão sendo transportados com redução de riscos à saúde ou tratamento cruel.

Se o policial militar constatar alguma irregularidade que vai de encontro com os itens anteriores deverá apreender os animais, notificando o infrator para que regularize sua situação perante ao IBAMA. Em se tratando de animais provenientes da fauna silvestre estrangeira verificar se há guia de transporte e inspeção de saúde.

4.4 Ações ecológicas de conscientização

A Educação Ambiental é um fator de suma importância no combate à degradação ambiental. Depois de vários séculos, como já afirmamos, só agora que o homem efetivamente preocupa com o meio em que ele vive. A Educação Ambiental caracteriza-se por estar permeada de dimensões sócio-econômicas, políticas, culturais e históricas, o que conduz à necessidade de, na fiscalização florestal, levar-se em conta estes fatores. Deve ser considerado, logicamente, o estágio de evolução de cada cidade goiana e da comunidade em geral, sob uma perspectiva histórica.

Nosso Estado vive, em relação à preservação ambiental, uma fase muito importante, pois várias cidades tem inserido no seu currículo

escolar estudos sobre a importância da ecologia. Trata-se de uma iniciativa de suma importância pois temos uma riqueza natural excepcional expressa por nossos rios, matas e animais, mas ao lado desse grande e variado acervo de recursos naturais, os goianos convivem com inúmeros e complexos problemas ambientais, como a poluição dos rios e do ar, devastação das matas, etc.

ILUSTRAÇÃO 4. e - Exposição de materiais predatórios no Flamboyant, apreendidos pelo BPM Florestal (Semana de Educação Ambiental - dia da árvore).



FOTO: 3ª seção do Batalhão de PM Florestal.

É correto, portanto, infundir nos educandos o respeito e o amor à natureza. Outras iniciativas devem ser, igualmente, tomadas no sentido de assegurar e estimular, tanto no público interno como no externo, a prática de novos hábitos, atitudes e comportamentos. Esta sensibilização precisa atingir tanto a comunidade quanto os integrantes,

do BPMFlo, e da PMGO. Dentre os principais mecanismos de conscientização, a serem adotados com relação ao policial militar estão os seguintes:

a) capacitar melhor os recursos humanos, principalmente Oficiais e Sargentos, planejando e estruturando o sistema educacional ambiental no BPMFlo;

b) buscar estudos, pesquisas e projetos dos Órgãos Governamentais (OG) e Órgãos Não Governamentais (ONG's) sobre a Educação Ambiental (EA) procurando divulgar amplamente essas ações e desenvolver campanhas educativas na imprensa escrita e falada;

c) promover articulações entre os OG e ONG's;

d) formular e divulgar as políticas do comando do BPMFlo;

e) considerar, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento;

f) examinar as principais questões ambientais do ponto de vista local e regional, de modo a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ecológicos.;

g) insistir no valor e necessidade da cooperação entre a PMGO e os órgãos públicos, colégios, instituições sociais e outros, promovendo, divulgação ampla do trabalho desenvolvido pelo BPMFlo, assim como da educação ambiental, no que se refere à palestras, aulas de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente. Vale registrar também algumas recomendações que da temática em foco, não recomendadas a nível internacional.

A Conferência de Tibilise, de 14 a 26 de outubro de 1977 (CEI/ Geórgia), a 1^a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO, em colaboração com o Programa

das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), foi importantíssima no desenvolvimento de conclusões extremamente benéficas para o desenvolvimento da Educação Ambiental no mundo, foram estabelecidos dez princípios conclusivos da Conferência, que, podemos dar abaixo, em síntese:

1) Considerar o meio ambiente na sua totalidade, ou seja, nos seus aspectos naturais e nos criados pelo homem sejam de natureza, tecnológica e ou social, econômico, político, técnico, histórico-cultural, moral e estético;

2) Propiciar um processo educacional contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar e continuado durante todas as fases do ensino formal e não formal;

3) Aplicar um enfoque interdisciplinar aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo, a oferecer uma perspectiva global e equilibrada.

4) Examinar as principais questões ambientais dos pontos de vista local, regional, nacional e internacional, de modo que os educandos se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas.

5) Concentrar-se nas situações ambientais, tendo em conta também a perspectiva histórica.

6) Insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional, para prevenir e resolver os problemas ambientais.

7) Considerar de maneira explícita os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento.

8) Ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais.

9) Destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver os problemas.

10) Utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais.

A partir desses princípios, no meu entender, deveríamos vivenciar bem a Educação Ambiental para que as pessoas não vissem a PM como apenas uma entidade de repressão. Uma nova imagem do BPMFlo daria, ações ecológicas de conscientização, tanto ao público interno como ao externo, novos padrões de conduta, orientados para a preservação e melhoria da qualidade do Meio Ambiente.

5. EMPREGO DE MEIOS COMPLEMENTARES

5.1 Armamentos e equipamentos

Quanto aos equipamentos, sem querermos apresentar uma lista completa de materiais, mas apenas para fixar uma filosofia e materializar uma idéia, seriam os itens abaixo os considerados como indispensáveis.

- 5.1.1 Lanternas;
 - 5.1.2 searle-brean;
 - 5.1.3 kit de pronto socorro;
 - 5.1.4 prancheta;
 - 5.1.5 equipamentos de chuva completo ou capas impermeáveis para toda equipe;
 - 5.1.6 provisão de alimentos e água;
 - 5.1.7 bússola, relógio, binóculos, baterias, óculos protetor solar, faca de selva, cordas;
 - 5.1.8 revólveres Taurus calibre 38;
-

5.1.9 espingardas Puma calibre 38;

5.1.10 coletes salva-vidas;

5.1.11 barracas de “camping”.

5.2 Comunicações nas operações

Por ser uma modalidade de policiamento itinerante, há uma dificuldade em torno da comunicação, pois os rádios transceptores não se comunicam a grandes distâncias, tornando difícil o Comandante receber as informações de imediato. Necessário se faz a instalação de rádios transceptores do tipo “rádio amador” para que essas informações sejam prestadas a qualquer momento ao Comandante do Batalhão e para que ele tenha o controle da fração ou grupo em determinadas operações.

5.3 Obstáculos ao desenvolvimento dos meios complementares para a fiscalização da fauna e flora goiana

Pela análise projetiva dos dados poder-se-á levantar fatores que obstem ou afetam o desenvolvimento operacional perfeito.

Dentro da atual concepção administrativa, fica evidente que o sucesso da atividade de fiscalização ambiental, através do BPMFlo, deverá detectar as transformações do ambiente a ser fiscalizado e criar objetivos a alcançar, para que estejam em consonância com as transformações ambientais do problema.

Identificados os obstáculos e dificuldades inerentes ao sistema organizacional vigente na Corporação, como a sua estrutura, e política de pessoal, conclui-se que eles precisam ser superados para que

não possam dificultem ou impeçam que uma nova filosofia operacional seja implantada e não se concretize para o bem da coletividade.

Para superação do problema, enumeramos as seguintes e possíveis soluções:

5.3.1 Reestruturação do efetivo do BPMFlo;

5.3.2 alocação de recurso para especialização de pessoal;

5.3.3 alocação de materiais, como equipamentos de processamento de dados, de modo a permitir a agilização de um processo fiscalizatório satisfatório.

6. PLANO DE INFORMAÇÕES

Através de contatos com órgãos civis, as informações devem ser obtidas ou atualizadas, particularmente no caso de degradação ambiental, sua provável localização, extensão, natureza, de modo que se possa tomar medidas preventivas e mesmo planejar o auxílio necessário.

6.1 Fontes essenciais de informações

As fontes essenciais de informações, necessárias para o desenvolvimento da operação, devem ser obtidas previamente, pois servirão para preparar o relatório de ocorrências ao final de cada operação. É importante lembrar que fatores aparentemente sem relevância poderão levar ao planejador das operações a conclusões importantes. Para tanto, as fontes a buscar serão as seguintes:

6.1.1 Pesquisa do local da ocorrência, ou seja, meio utilizado para cometer a infração, o veículo, objeto, armas, local, dia, referências e outros indícios;

6.1.2 testemunhas;

6.1.3 informações de outros órgãos especializados, tais como o IBAMA, FEMAGO, ONG's e OG;

6.1.4 pessoas que estejam em condições de fornecer dados complementares;

6.1.5 objetos ou outros indícios, em poder do infrator.

O policial militar florestal deverá estar munido de um bloco de anotações, de uso pessoal, para anotar as informações básicas para execução da missão e o registro das observações que permitirão a confecção do relatório completo da ocorrência. O policial militar florestal, para melhor confecção do relatório, deverá colher os seguintes dados:

a) Data e hora do início e término do serviço, missão, componentes do grupo florestal, ocorrências havidas, mesmo aquelas de menor vulto, e as referentes a qualquer medida repressiva tomada.

b) No caso de ocorrências, deverão ser anotados os nomes completos e endereços de todas as pessoas envolvidas, elaborar uma síntese dos fatos, como : que fatos ? onde ocorreram os fatos ? por que ocorreram os fatos ? e como ocorreram os fatos ?

É importante a finalidade dos relatórios para o registro das ocorrências, fatos e informes, pois, posteriormente, servirão de fonte de informações para futuras ações.

6.2 Localização e natureza

São necessários a localização e a natureza do problema, pois localizando o problema e sua natureza, basta apenas o policial militar florestal tomar todas as medidas que a lei estabelece. Sem dúvida, trata-se de dois fatores imprescindíveis para o sucesso da operação a realizar.

6.3 Extensão

É necessário fazer-se o levantamento da extensão da área que sofre a ação destrutiva do homem, para que nas operações ostensivas fiscalizatórias, o policial militar florestal possa identificar o local a ser policiado e desenvolver a fiscalização ostensiva com maior facilidade e com maior efetividade.

6.4 Estimativas

As estimativas são necessárias para o desenvolvimento operacional ambiental, pois visam alcançar o aumento da eficácia do policiamento ostensivo, o sistema computadorizado deve ser desenvolvido para facilitar o controle e aplicação das informações no aspecto finalizatório perfeito. A grande fonte de captação das informações são as coletas de dados e os relatórios confeccionados após cada operação. O sistema de coleta deve ser padronizado para que as informações recebidas sejam captadas e inseridas como dados, sem margens de dúvidas que poderiam atrapalhar a avaliação destes dados. Exemplo:

6.4.1 Demarcação da área a ser fiscalizada;

6.4.2 capacidade local da população, autoridades para enfrentar as condições adversas;

6.4.3 principais infrações cometidas por infratores da região;

6.4.4 infração com maior incidência.

6.5 Logística

É necessário o planejamento quanto ao material, serviços, transportes, avaliação de ajuda de suprimentos, requisição, aquisição. Equipamentos e suprimentos são necessários mesmo para pequenas missões.

7. PROCESSOS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO AMBIENTAL PARA MELHOR UTILIZAÇÃO NO CONTROLE A DEVASTAÇÃO DA FAUNA E FLORA GOIANA

O policiamento ostensivo ambiental é um tipo específico de policiamento que visa preservar a fauna, os recursos florestais, as extensões d'água e mananciais, contra a caça, a pesca ilegal, a derrubada indevida, etc., devendo ser realizado em cooperação ou não, com órgãos federais ou estaduais, mediante convênio.

O policiamento ostensivo ambiental é a atividade de fiscalização de prevenção e repressão, com emprego de frações, identificado pela farda, atuando com equipamentos, viaturas, solípedes e armamentos, que completam o reconhecimento desta atividade.

Na ótica do melhor emprego tático das operações de policiamento ambiental, deveríamos , além do aperfeiçoamento técnico profissional do policial militar florestal, implementar os policiamentos

das soluções para o melhor emprego tático no controle à devastação ambiental goiana, por termos grandes locais de preservação permanente, como rios, parques florestais, matas, animais ameaçados de extinção. Os processos de policiamento e a descrição de sua importância no contexto fiscalizatório ambiental, merecem destaque na narrativa a seguir.

7.1 Policiamento a pé

É o mais utilizado pois, além do fator surpresa, tem condições amplas de fiscalização, concernentes às incursões de equipes florestais em matas fechadas. É o mais importante no combate à caça e à destruição das matas por apresentarem as vantagens de deslocamentos em qualquer tipo de terreno.

ILUSTRAÇÃO 7.1 a - Policiamento florestal a pé no Parque Ecológico de Goiânia



FOTO: 3ª Seção do Batalhão Florestal

7.4 Policiamento Montado

A patrulha montada comumente utilizada para visita aos locais de riscos, preferidos por pescadores e caçadores. Serve como apoio à tropa a pé, é a atuação não rotineira mas previsível, que também obedece a planos pré-determinados, podendo ser efetivada através de duplas e trios ou de frações constituídas, como um Grupo de Polícia Militar Florestal (GPMFo).

A utilização do animal permite, mesmo ao passo, percorrer com certa rapidez toda a área de policiamento. Caso necessário, esta mobilidade pode ser aumentada, utilizando-se a andadura ao trote e excepcionalmente a galope, caso o terreno e as circunstâncias o permitam.

7.4.1 Característica que permite a pronta ação onde quer que essa se faça necessária.

a) Capacidade do homem montado cobrir grandes espaços em seu patrulhamento, economizando efetivo.

b) O Policiamento Montado possui a facilidade de ser empregado em frações com duplas, quando em apoio a outra tropa ou dispondo de meios de comunicações; em trio, no patrulhamento normal, onde a necessidade de intervenção dos policiais for iminente, ou através de fração de tropa constituída, para desenvolvimento de Operações Policiais Militares.

c) cavalo não depende de vias de acesso para se deslocar, daí a sua vantagem de emprego em regiões não urbanizadas ou naquelas onde

as vias de acesso são deficientes, dificultando o deslocamento de viaturas ou mesmo do homem a pé.

7.4.2 Procedimento no posto

a) No posto, o patrulheiro faz observação e toma providência em face da existência de fato anormal, assim considerado aquele que, no mínimo, exige averiguação por se tratar de comportamento e atitudes não usuais.

b) Parado ou em marcha adotará sempre uma atitude inequívoca de quem está em serviço e de forma a ser notado por um maior número de pessoas, atitude bastante facilitada pelo emprego da montada.

c) Sempre que possível as patrulhas deverão conduzir rádios transceptores, o que em muito aumentará sua eficiência.

d) Havendo necessidade de ação da patrulha, seja para dar buscas pessoais ou fazer averiguações no interior de matas, os seus componentes apearão, deixando os cavalos aos cuidados do patrulheiro guarda-cavalos, que deverá sempre estar de posse do “trelador”, para usá-lo quando necessário.

e) A pé, com os animais sob o cuidado do patrulheiro guarda-cavalos, no caso de dupla, atuará o Comandante da dupla e, no caso de trio, atuarão o Comandante e o patrulheiro.

f) Mesmo responsável pela segurança dos animais da patrulha, o patrulheiro guarda-cavalos permanecerá atento, vigilante, pronto para agir, pronto a, não só dar cobertura a seu (s) companheiro (s) em caso de necessidade.

g) Deve o patrulheiro guarda-cavalos permanecer, durante toda a ação da abordagem, de frente para o cenário da mesma, com sua atenção voltada para o seu desenrolar, evitando se posicionar muito próximo à pessoa abordada, a fim de impedir que, a um gesto brusco dessa, os animais se assustem, dificultando a sua contenção ou anulando a ação do patrulheiro. Havendo necessidade premente de ação do guarda-cavalos, esse deve “atrelar” os animais bridão com o “trelador”, indo em apoio ao seu (s) companheiro (s).

ILUSTRAÇÃO 7. b - Policiamento Florestal montado no Parque Ecológico de Goiânia



FOTO: 3ª Seção do Batalhão Florestal

7.5 Policiamento aéreo

É realizado em todas e quaisquer operações que visem o controle de acidentes ecológicos de qualquer natureza, como na fiscalização de desmates, fiscalização de rios, acampamento de pescadores ou caçadores, transporte ilegal de produtos florestais, controle

de incêndios florestais como por exemplo, transporte de equipamentos e pessoal especializado na intenção de extinguir o incêndio.

A aeronave mais barata e mais prática para o controle à devastação a fauna e flora, no contexto da fiscalização de desmates e fiscalização em rios, é o Ultra Leve, que nada mais é que uma versão da primeira aeronave realmente eficaz criada por Santos Dumont, o “Demouselle”, que na época era construído com pano e bambu, é uma aeronave feita em alumínio, aço dracon e motor dois tempos, que geralmente é de sessenta e cinco HP de potência.

ILUSTRAÇÃO 7. c - Localização de uma devastação por via aérea (o desmate provocou o assoreamento do rio)



FONTE: 3ª Seção do Batalhão Florestal

Temos dois tipos de patrulhamento aéreo, o ostensivo e o de observação e informação.

7.4.1 Patrulhamento ostensivo

Consiste no sobrevôo de observação aérea. Geralmente rotineiros e sobre roteiros previamente estabelecidos, visam dissuadir intenções de infrações ambientais tais como desmates, caça e pesca predatória, etc..

7.4.2 Patrulhamento de observação e informação

É o sobrevôo efetuado sobre áreas urbanas ou rurais com a missão específica de observar e informar as equipes policiais no solo.

ILUSTRAÇÃO 7. d - Cel PM Leopoldo (ex-Comandante do BPMFlo) e o Maj Jorge Sobrinho (Piloto do Helicóptero) após um patrulhamento aéreo no Parque Ecológico de Goiânia com o helicóptero do Batalhão de Choque.



FONTE: 3ª Seção do Batalhão Florestal

7.5 Patrulhamento embarcado

O policiamento embarcado é uma das modalidades ostensivas que visam coibir a pesca predatória, e ao mesmo tempo fazer a fiscalização da caça e de locais de desmate.

No policiamento aquático é aconselhável o uso da canoa tipo chata 5,0 (cinco) metros e 6,0 (seis) metros para o patrulhamento ambiental normal. Para deslocamentos rápidos em água muito corrente, os tipos 5,0 (cinco) e 6,0 (seis) metros de bico fino. A lancha é de uso mais restrito nas águas de maior profundidade, com casco de 16 (dezesseis) a 18 (dezoito) pés. Os tipos e modelos de motores de popa, utilizados com maior aproveitamento, são especificados, com minudência, a seguir:

7.5.1 Para canoas de 5 (cinco) metros

Motores de popa de 15 PH, Tipo Jonhson, Evirude ou yamaha.

7.5.2 Para canoas de 6 metros

Motores de popa de 25 (vinte e cinco) a 35 (trinta e cinco) HP.

7.5.3 Equipamentos complementares

Pela variedade de situações e locais de ocorrências da fiscalização, se podem utilizados os equipamentos seguintes:

- a) bússola;
- b) coletes salva-vidas;
- c) lanternas “searle-bream”;
- d) bóias;
- e) cordas;
- f) poitas com cabos;

- g) barracas de “camping”;
- h) equipamentos completos de primeiros socorros.

Em cursos de águas menores, este tipo de policiamento poderá ser feito em uma única embarcação. Em cursos de água maiores devem ser utilizados duas embarcações para que tomem posição de deslocamento às margens para facilitar a fiscalização e verificar se há algum material predatório.

CONCLUSÃO

O papel do BPMFlo, na atualidade, é o de adaptar-se à demanda, satisfazer as necessidades de segurança da comunidade, ajustar os objetivos individuais e seus integrantes aos seus próprios objetivos e vice versa, mediante trabalho sério de planejamento, administração de conflitos, conjugação de esforços e desenvolvimento de amplo programa de comunicação social, gerência e coordenação, cultura profissional, com emprego de processamento eletrônico de dados e de todos os recursos científicos e tecnológicos colocados à disposição da atividade de apoio e atividade fim da PMGO.

Detectando o trinômio homem-veículo-equipamento, o elemento humano é o mais importante, Desprende-se que não basta colocá-lo na operação das atividades de fiscalização, é preciso oferecer, a ele qualidade para a execução da operação ostensiva de fiscalização.

O desejável é que seja atingida a perfeição, tanto no relacionamento da organização com a comunidade, como na sua

permanentemente reciclado quanto ao conhecimento de novas técnicas e táticas de emprego operacional. O Batalhão deverá ser suprido de recursos tanto materiais quanto humanos. É necessário sensibilizar as autoridades políticas no sentido de que dêem mais atenção a este setor de fiscalização para melhor qualidade do meio ambiente em que vivemos.

A qualidade das atividades de fiscalização do BPMFlo só pode ser conquistada a partir da formação adequada do homem, de sua reciclagem periódica e do emprego lógico e ótimo dos recursos materiais.

As referências feitas à Educação Ambiental, expressam uma esperança, a de melhorar, de forma ímpar, tanto o fator qualidade total dos serviços prestados por essa Unidade operacional especial da Polícia Militar, como também a qualidade de vida humana. O objetivo maior será o de se obter um padrão de vida digna, garantindo os direitos humanos e os de proteção contra às violências ao ambiente.

O Batalhão Florestal, permitindo a participação da comunidade na sua qualidade de serviço, ganhará uma grande aliada. Esta é uma das metas da Educação Ambiental. A comunidade informada e organizada, poderá contribuir em muito, para a preservação do meio ambiente e desenvolvimento do pleno exercício da cidadania.

Analisando a situação institucional ambiental em Goiás, verifica-se que em termos de órgãos especializados existem poucas lacunas a serem preenchidas. No entanto, quando verificamos a atuação dos mesmos, constatamos que existem inúmeras fragilidades, as quais muitas vezes comprometem os trabalhos, seja por falta de pessoal, seja por falta de capacitação, seja por falta de infra-estrutura adequada, e, o

que muitas vezes é o mais determinante, falta de vontade política para cumprir com as obrigações. Daí a importância da Educação Ambiental como instrumento de educação e reeducação do homem.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Márcio José de. Manual técnico de Bombeiro - Energia Nuclear (MTB - 4 2 PM). Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 1990. 82 p.
- BRAGA, Luiz Carlos et alii. Manual de Policiamento a cavalo. Porto Alegre: Brigada Militar, 1969. 59 p.
- BRASIL, Código Florestal, Belo Horizonte: Instituto Brasileiro da Divisão Florestal. s.d. .188p.
- CASTRO, Adolfo Segura de. Policiamento Padrão. São Paulo: Comando Geral, Estado Maior da. PMSP. 1987. 352p.
- COSTA, José Luiz. Manual de Policiamento Montado. Belo Horizonte: Polícia Militar. 1981.135 p.
- DE OLIVEIRA, Jorge Rezende. Criação do Batalhão de PM florestal na Polícia Militar. Goiânia: Academia de Polícia Militar / Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, 1988. 60 p. Monografia . Mimeo.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

FREITAS, Vladimir Passos de e PASSOS, Gilberto. Crimes Contra Natureza. 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992. 271p.

LAZZARINI, Álvaro. A Proteção do meio Ambiente. UNIDADE, a. 10, n. 15. p.29-38, Porto Alegre, nov., 1993. Revista de assuntos técnicos de Polícia Militar.

_____. Aspectos Administrativos do Direito Ambiental, UNIDADE, a. 7, n. 22, p. 39-59, Porto Alegre, jan./abr. 1995. Revista de assuntos técnicos de Polícia Militar.

MEIRELES, Amauri. Policiamento Distrital. Belo Horizonte: CSM/INT. 1990. 67p.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Manual Básico de Policiamento Ostensivo. Rio Grande do Sul: Brigada Militar (Inspetoria Geral das Polícias Militares. s. d. . 111p.

MOTA, José Deusamar da. A polícia Militar e o Césio 137. .Goiânia: Academia de Polícia Militar / Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, 1988. 44 p. Monografia. Mimeo.

OSÓRIO, Alexandre Augusto Jonsen, et alii. Processo operacional e administrativo perfeito. Goiânia: APM/ CAO, 1993. 41 p. Monografia. Mimeo.

ROCHA, Davi de Araújo e ANJOS, Valdivino Pereira dos, A educação ambiental na infância, visando a preservar o meio. Goiânia: APM/ CAO, 1995. 131 p. Monografia. Mimeo.